
As experiências do curso de especialização em direitos humanos, acessibilidade e inclusão no período da pandemia de covid-19

Tatiane Rezende Nunes de Souza¹
<https://orcid.org/0000-0003-2537-8600>

Marcos Besserman Vianna²
<https://orcid.org/0000-0001-9411-2086>

Resumo

O presente trabalho traz as experiências do Curso de Especialização em Direitos Humanos, Acessibilidade e Inclusão, adaptado durante o período da pandemia de covid-19 ao formato remoto, o que trouxe diversos desafios, mas também possibilidades, especialmente para docentes e estudantes com deficiência. O relato apresenta os diversos apoios oferecidos pela instituição neste contexto e descreve as estratégias e recursos adotados e seus desdobramentos nos anos de 2020 e 2021 para os diferentes tipos de deficiência, considerando as especificidades de cada indivíduo. Foram abordadas especialmente as estratégias pedagógicas pensadas para as pessoas surdas e as com baixa visão, que foram os casos que apresentaram maior necessidade de assegurar acessibilidade nas turmas.

Palavras-chave: Acessibilidade; Educação; Ensino Remoto; Inclusão; Tecnologia Educacional.

Las experiencias del Curso de Especialización en Derechos Humanos, Accesibilidad e Inclusión en el período de la pandemia de covid-19

Resumen

El presente trabajo trae las experiencias del Curso de Especialización en Derechos Humanos, Accesibilidad e Inclusión, adaptado durante el período de la pandemia de covid-19 al formato remoto, lo que trajo muchos retos, pero también posibilidades, especialmente para profesores y alumnos con discapacidad. Este relato presenta los diversos apoyos ofrecidos por la institución en este contexto y describe las estrategias y recursos adoptados y sus desdoblamientos en los años 2020 y 2021 para los distintos tipos de discapacidad, teniendo en cuenta las especificidades de cada individuo. Fueron abordadas principalmente las estrategias pedagógicas pensadas para personas sordas y las con baja visión, que fueron los casos que presentaron mayor necesidad de asegurar la accesibilidad en los grupos.

Palabras clave: Accesibilidad; Educación; Enseñanza Remota; Inclusión; Tecnología Educativa.

¹ Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca – ENSP/Fiocruz, Rio de Janeiro – RJ, tatianenunes@ead.fiocruz.br.

² Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca – ENSP/Fiocruz, Rio de Janeiro – RJ, mbessa@ensp.fiocruz.br.

Considerações iniciais

O Curso de Especialização em Direitos Humanos, Acessibilidade e Inclusão é ofertado pelo Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, que é uma das unidades técnico-científicas da Fundação Oswaldo Cruz (DIHS/ENSP/FIOCRUZ), cuja missão é “formar profissionais, gerar e compartilhar conhecimentos e práticas no sentido de promover o direito à saúde e a melhoria das condições de vida da população” (ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SERGIO AROUCA, [201-], n.p.). O curso foi pensado com o objetivo de propiciar a reflexão crítica sobre o significado dos direitos humanos e suas relações com a saúde e as políticas de inclusão e acessibilidade para pessoas com deficiência. Este objetivo está alinhado à compreensão da educação na perspectiva da teoria crítica da sociedade, cuja finalidade é contribuir para a “produção de uma consciência verdadeira” (ADORNO, 2020, p. 154).

Também pretende possibilitar aos alunos conhecer os aspectos históricos e conceituais, tendo como base a identificação de políticas de inclusão como direito humano e, assim, habilitar os alunos a identificar barreiras e preconceitos no processo de inclusão na sociedade, interpretando suas causas e identificando proposições para avanços na inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência. Ainda em uma perspectiva crítica, cabe destacar que “o passado só estará plenamente elaborado no instante em que estiverem eliminadas as causas do que passou” (ADORNO, 2020, p. 53). No contexto da deficiência, faz-se necessário conhecer os elementos que levaram a movimentos de exclusão e segregação, considerando que a luta pela inclusão ainda faz parte de um espaço de disputa na sociedade contemporânea.

O curso foi planejado com participação ativa do Comitê Fiocruz pela acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência ao longo de 2018, sendo que parte significativa de seus integrantes tornou-se docente deste curso. Como todos os cursos ofertados pela ENSP, este teve que passar por aprovação de pertinência em seu colegiado de *lato sensu*, onde foram apresentados o objetivo do curso, a ementa e a forma como se distribuem as disciplinas, que foram pensadas de modo a agrupar diversas áreas do conhecimento, considerando a

interseccionalidade existente na deficiência. Também foi apresentado o público-alvo, que se refere a pessoas com deficiência ou pessoas que trabalham diretamente neste campo.

A formação se dá com a abordagem dos direitos humanos aplicados ao Sistema Único de Saúde (SUS) e de outras políticas públicas relacionadas à acessibilidade e inclusão: tecnologia, educação inclusiva, trabalho e empregabilidade, cultura, comunicação e informação. São também discutidas as deficiências sensoriais, cognitivas e físicas, os espaços na cidade, movimentos sociais, sexualidade e gênero, ética e alteridade, melhoramento humano, referenciados numa metodologia de pesquisa e ensino que tem como objeto a acessibilidade e inclusão como direito humano.

O curso teve a sua primeira turma em 2019 de forma presencial, tendo como estudantes pessoas residentes na região Sudeste, em sua maioria na cidade do Rio de Janeiro e municípios circunvizinhos; e, embora no edital estivessem previstas 20 vagas, contou com 23 alunos aprovados, dentre estes 4 com deficiência, sendo 3 pessoas com deficiência física e 1 com deficiência auditiva. A evasão foi alta, pois 10 alunos não conseguiram finalizar o trabalho de conclusão de curso (TCC), requisito obrigatório, que deveria ser desenvolvido ao longo de 2020, quando a pandemia interferiu na vida de cada um. Ocorreram diversos problemas pessoais e familiares decorrentes da pandemia, bem como mudanças de emprego. Apesar das tentativas de continuidade do curso pelos orientadores e alunos, estes não conseguiram concluir, mas cabe destacar que todos os alunos com deficiência finalizaram o curso.

Apesar da evasão constatada na primeira turma, o curso teve uma avaliação satisfatória de discentes e docentes, o que levou a uma nova formação, que se iniciou em 2020, também de maneira presencial. No entanto, em função da pandemia, o curso precisou ser reestruturado de forma a acontecer remotamente, seguindo o modelo emergencial adotado pela escola. Esta nova turma contou com apenas 13 alunos, diminuição de candidatos que naquele momento ocorreu em quase todos os cursos ofertados pela ENSP. Desses, nove concluíram o curso. A evasão se deu pelos seguintes motivos: mudança de trabalho e não adesão ao novo formato. Esta turma contou com 2 alunas com deficiência: uma física e outra visual. Além de serem aprovadas com êxito, estas se tornaram docentes do curso a partir de 2021.

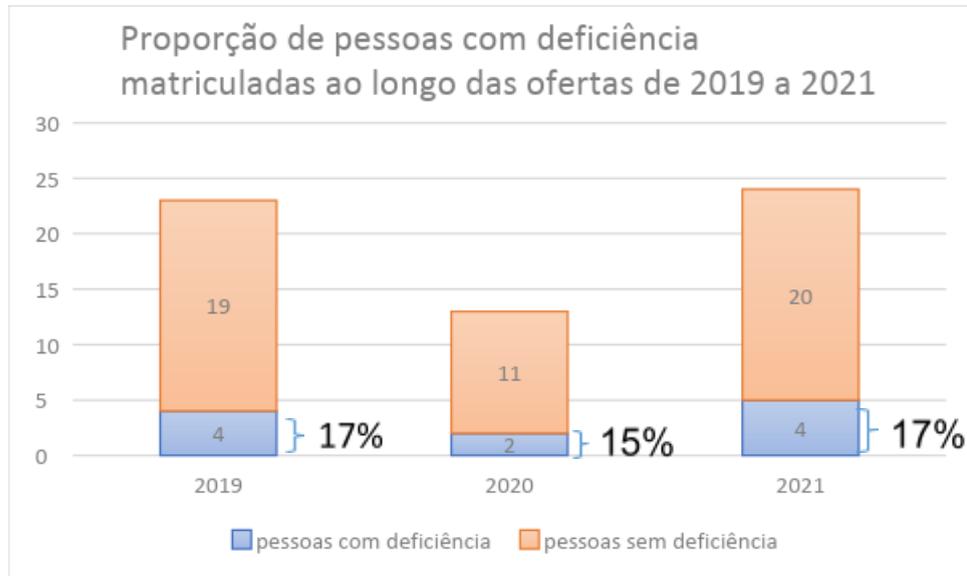
No ano seguinte, ainda no contexto da situação de pandemia e com uma avaliação

positiva do curso realizado, decidiu-se que seria organizada uma nova turma, cuja formação se daria remotamente desde o início, dessa vez possibilitando a inscrição de candidatos distribuídos no território nacional. A procura foi de quase cinco candidatos por vaga (20), o que acarretou ao final 24 alunos matriculados, dos quais 4 são pessoas com deficiência, distribuídos em: 2 pessoas com deficiência física, 1 auditiva e 1 visual. Em janeiro de 2022, foi finalizada a oferta de disciplinas e, ao final de junho, foram entregues os TCC, resultando em 15 concluintes, 4 desligamentos ao longo do curso e 5 estudantes que não concluíram por não finalizarem o TCC.

O curso, coerentemente à sua concepção, valorizou a questão da deficiência no momento da seleção e, por isso, os alunos não foram incluídos pela política de ações afirmativas, mas como vagas de ampla concorrência. Nele tem se constatado um percentual elevado de matrículas de pessoas com deficiência, considerando-se o percentual de matrículas do ensino superior de 0,56% (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2020) e da reserva de vagas de 7% para pessoas com deficiência da política de ações afirmativas institucional (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2021). Além disso, o curso vem servindo de “porta de entrada” de pessoas com deficiência na instituição, como será discutido mais adiante.

O Gráfico 1 apresenta a distribuição de pessoas com deficiência inscritas nas turmas dos anos de 2019, 2020 e 2021 do curso de especialização em Direitos Humanos, Acessibilidade e Inclusão.

Gráfico1. Proporção de pessoas com deficiência matriculadas ao longo das ofertas de 2019 a 2021



Fonte: Elaboração dos autores.

Este trabalho apresentará a experiência ocorrida neste curso ao longo de 2020, quando se iniciou presencialmente e precisou ser adequado ao modelo remoto emergencial, e em 2021, quando foi realizado totalmente de forma remota. Serão apresentados os desafios suscitados pelo período e as alternativas tecnológicas e pedagógicas adotadas.

A narrativa das experiências vividas no curso durante a pandemia e as reflexões compartilhadas neste trabalho podem contribuir para outras instituições de ensino em seu planejamento e execução de atividades educativas inclusivas nos diferentes níveis e modalidades.

Sobre 2020: experimentando o modelo e enfrentando os desafios

A pandemia de covid-19 trouxe muitos desafios para o campo educacional, especialmente em função da necessidade de distanciamento social, o que impactou sobremaneira a continuidade das aulas que seguiam o formato presencial. Em função disso, a ENSP disponibilizou diversas ações de apoio para os cursos e disciplinas.

A ENSP adotou o modelo remoto “emergencial”. Desta maneira, foi colocado à

disposição dos docentes o ambiente virtual de aprendizagem (AVA) adotado pela instituição, que neste caso trata-se da plataforma *Moodle*, onde ocorreria a disponibilização dos conteúdos, a sistematização do processo educacional e as atividades assíncronas.

Para auxiliar na utilização do AVA, foram realizadas diversas oficinas pedagógicas, que abordaram o uso educacional das ferramentas existentes no *Moodle* e, de forma personalizada, buscou-se discutir as melhores formas de se atender aos objetivos pedagógicos dos cursos e disciplinas. O curso de especialização, foco deste trabalho, passou por estas oficinas e, ao final, havia conseguido chegar a um formato que considerou adequado em uma de suas disciplinas e que serviu de base para o desenvolvimento das demais.

Cabe ressaltar que a escolha do *Moodle*, em momento prévio à pandemia, contemplava as possibilidades quanto à acessibilidade, visto ser esta uma plataforma que é constantemente aprimorada por uma enorme e internacional comunidade, possuindo código aberto e sendo responsiva, isto é, adequa-se ao formato de distintos dispositivos (*notebooks, tablets, smartphones*). No entanto, como os conteúdos são inseridos pelos usuários da plataforma, faz-se necessária a orientação quanto às práticas adequadas para que se mantenha o ambiente acessível, o que também foi discutido quanto aos formatos de conteúdos e formas de serem inseridos na plataforma do curso.

A instituição também adotou como plataforma para os momentos síncronos o *Zoom Meetings*, que é uma plataforma de videoconferência para reuniões virtuais. Para auxiliar os docentes no domínio desta ferramenta, foram realizadas oficinas que contemplavam os diferentes recursos, limitações e potencialidades da plataforma, inclusive a possibilidade de uso de salas simultâneas para as atividades coletivas. Além das oficinas, foram disponibilizados manuais em formato textual e tutoriais em formato de vídeo elaborados pela equipe de tecnologia educacional sobre as ferramentas.

Para os alunos, a Fiocruz criou um Programa de Inclusão Digital, que forneceu *tablets* e *chips* aos estudantes que cumpriam os requisitos do programa para que pudessem acompanhar as aulas. No entanto, nenhum discente do curso de especialização solicitou inclusão neste programa durante os anos de 2020 e 2021.

Conhecidas as ações institucionais de apoio à docência e aos discentes, segue-se às

especificidades relacionadas às questões de acessibilidade vividas no curso.

O curso conta com um professor surdo. Ele tem a síndrome de Goldenhar, o que significa que sua surdez é congênita e de nível profundo. Trata-se de uma pessoa surda oralizada e fluente, que faz leitura labial e que conta com o suporte de sentir a vibração ao tocar no ombro das pessoas, o que só é possível na interação presencial. Ele também domina a Língua Brasileira de Sinais (Libras), embora esta não seja a língua mais utilizada por ele quando em interação com o mundo ouvinte. Com a necessidade de adoção das ferramentas de interação virtual síncrona, foi necessário averiguar quais recursos seriam necessários para que o docente pudesse ministrar suas aulas. Assim, em primeiro lugar, foi realizada uma conversa com o docente de modo a compreender quais eram as suas necessidades e poder buscar as alternativas mais adequadas. Neste diálogo, foi ressaltada a dificuldade com a internet, cuja velocidade era baixa, acarretando sucessivos travamentos da tela, o que fazia perder a comunicação em Libras e piorava ainda mais a leitura labial, que já era mais difícil de se fazer por meio da tecnologia, pois dependia da qualidade da imagem, do posicionamento da câmera e da própria acessibilidade atitudinal no que se refere ao cuidado do usuário em manter-se de frente, falar devagar e bem articulado. Alguns alunos, por conta de suas inserções profissionais na saúde ou na educação, participavam dos momentos síncronos com uso de máscara, o que se tornou mais um impeditivo. Naquele momento, nenhuma mudança no pacote de dados seria possível, pois dependeria de uma visita técnica em função do tipo de equipamento fornecido à época da contratação e o docente faz parte do grupo de risco, não podendo se expor.

Deste modo, perguntou-se ao docente qual recurso poderia auxiliá-lo e a sua resposta foi que havia necessidade de legenda. A equipe de tecnologias educacionais da escola procedeu então ao levantamento e experimentação de *softwares* disponíveis: foram verificadas quais plataformas virtuais continham este recurso de forma nativa e em português. Na época, foram testadas as seguintes plataformas, que apontaram os resultados descritos:

- *Google Meetings*: mostrava como possibilidade o uso da legenda, porém somente em inglês.
- *Skype*: oferecia um serviço de legendagem automática em português e nomeava e ordenava as falas dos interlocutores.

- *Teams*: apresentava a opção do uso de legendas em inglês.
- *Zoom Meetings*: demonstrava a opção de legendagem por meio da digitação em tempo real. Ou seja, seria necessário ter um profissional de estenotipia e equipamento adequado a fim de que o resultado fosse o mais fiel possível em relação à fala. Também oferecia um serviço de legendagem automática na língua inglesa.

Também foram analisados os seguintes *softwares* de conversão de áudio para texto: *Voice Note*, *Web Captioner* e *Google Documents*. Dentre estes, o primeiro pareceu manter a maior fidedignidade do texto, além de suportar sua visualização junto a outras janelas de navegação.

Diante deste cenário, pensou-se que a opção mais adequada seria a plataforma *Skype*. No entanto, ao testá-la com o docente, o resultado não foi o esperado: seu computador não permitia a atualização da versão do *software* e tampouco que se habilitasse a ferramenta de legenda. Por conseguinte, seguiu-se à experimentação de outras tecnologias que poderiam ser utilizadas junto com as plataformas de comunicação virtual síncrona. Testou-se o uso do *Voice Note* junto com o docente. Para isso foi necessário alterar as configurações de seu computador remotamente, de tal forma que o *software* deixasse de captar o som de seu microfone e captasse o dos demais participantes. Assim, o computador ficou preparado para o seu uso e o docente foi capacitado para a sua aplicabilidade. Segundo relatos do docente, a solução tornou possível o seu protagonismo na sala de aula (agora virtual) e possibilitou que o docente pudesse participar das bancas de avaliação também em outras instituições para as quais havia sido convidado.

Cabe destacar que, para tornar possível este contato com o docente a fim de conhecer suas necessidades e testar as soluções, contou-se com o auxílio de um intérprete de Libras e também de um familiar seu, que reproduzia as falas dos interlocutores oralmente ao seu lado, possibilitando a leitura labial, quando necessário.

Outra situação existente no curso refere-se a uma aluna com baixa visão. Novamente fez-se necessária uma conversa com a aluna a fim de conhecer suas especificidades e recursos utilizados por ela. Deste modo, foram levantadas as seguintes questões, que estão descritas

com as estratégias pedagógicas adotadas:

- Quanto ao material didático: desde o início do curso no formato presencial, a aluna havia expressado a necessidade de o material de leitura ser fornecido em formato digital e textual, pois a mesma utiliza *softwares* de leitura de tela. Neste caso, ela solicitou que os textos fossem disponibilizados em PDF, por ser um formato suportado pelo *software* de leitura que ela adotava tanto no seu computador quanto no *smartphone*. Esses materiais estavam disponíveis desta maneira e foram incluídos na plataforma *Moodle*.
- Quanto às apresentações dos docentes e dos demais alunos: no ensino presencial era solicitada a utilização de fontes grandes e que fossem descritas as imagens existentes. Na adequação ao modelo remoto, além de se manterem estes critérios, as apresentações também foram convertidas para o formato PDF e disponibilizadas na comunidade da disciplina em momento anterior às aulas síncronas propriamente ditas, a fim de que a aluna pudesse interagir com o material e sanar possíveis dúvidas no momento das discussões. Além disso, orientaram-se os docentes para que utilizassem o modo de apresentação durante o uso das plataformas de webconferência, de forma que se aproveitasse ao máximo o espaço destinado às apresentações.
- Quanto ao uso das ferramentas da plataforma de webconferência: a aluna demonstrou dificuldade quanto à visualização do *chat* em função do tamanho da fonte. A equipe de tecnologias educacionais a orientou sobre as possibilidades de ampliação da ferramenta por meio de atalhos do teclado (Ctrl +) e foi pactuado com toda a turma a utilização de fonte em caixa alta (todas as letras maiúsculas) com a finalidade de garantir a sua participação com autonomia.

Outra questão bem relevante é que os demais estudantes também alteraram sua atitude diante da aluna e buscaram utilizar fontes grandes e sem serifas (pequenos traços que finalizam determinados tipos de letras), bem como fazer as descrições das imagens ao longo dos trabalhos das disciplinas e procuraram compreender quais recursos poderiam ajudá-la ao longo da elaboração de trabalhos em grupo. Este fato reforça um dos objetivos da inclusão, que

é o enfrentamento à discriminação e o aprendizado acerca da diversidade humana.

Como afirmam Agra e Costa (2021, p. 25):

Em suma, é na escola e nas experiências vividas cotidianamente pelos estudantes com deficiência junto com os demais estudantes sem deficiência, os professores, as equipes pedagógicas e de gestão da escola, que a educação inclusiva pode se tornar uma possibilidade de enfrentamento e superação da violência, sobretudo a manifestada pelo preconceito contra estudantes considerados em situação de inclusão.

As autoras citadas também defendem a ideia de que atitudes docentes inclusivas, além de necessárias ao processo de aprendizagem, possibilitam que haja solidariedade entre os estudantes. Neste aspecto, ousamos afirmar que essas atitudes se retroalimentam, assim, tanto os docentes podem gerar alterações nas atitudes dos estudantes, como o oposto também ocorre.

Além dos casos descritos, nesta turma havia uma aluna cadeirante. O ambiente destinado às aulas presenciais do curso contava com elevadores amplos, portas adequadas para a passagem da cadeira de rodas, espaço para mobilidade com autonomia na sala de aula, mesas com altura ajustável e banheiros adaptados. No entanto, esta não é a realidade do entorno até que se chegue à instituição. Deste modo, o formato remoto acabou sendo bastante interessante, visto que fez com que ela não se deparasse com as barreiras físicas encontradas no caminho até a instituição e também possibilitou que se mantivesse junto à família em seu estado de origem. Apesar disso, ressalta-se aqui que este modelo não deve ser utilizado como forma de não se adequarem as estruturas físicas, visto que a presencialidade contempla outras formas de interação tão necessárias à aprendizagem e à vida em sociedade e que o direito à mobilidade deve ser “assegurado em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, por meio de identificação e de eliminação de todos os obstáculos e barreiras ao seu acesso” (BRASIL, 2015).

A expansão nacional em 2021

A turma realizada em 2021 seguiu o modelo remoto adotado em função do contexto sanitário. Desta forma, foi estabelecido que o curso ocorreria neste formato desde o início até o fim. Esta decisão impactou na procura pelo curso. Houve a inscrição para participação do processo seletivo de 92 pessoas, quando somente seriam oferecidas 20 vagas. Em função disso, optou-se por ampliar o número de vagas para 24, e não se ampliou ainda mais somente pela indisponibilidade de orientadores para os TCC. Além disso, as inscrições alcançaram uma grande diversidade geográfica, visto que o modelo possibilitava o não deslocamento e a possibilidade de realizar um curso certificado pelo Ministério da Educação (MEC).

Nesse ano, a aluna com baixa visão da turma anterior prestou processo seletivo para o mestrado em Saúde Pública. Ela participou de uma ambientação quanto à utilização do sistema onde ocorreria a prova e foi aprovada nessa seleção. Com o seu ingresso no *stricto sensu*, a escola precisou ampliar o seu nível de conhecimento sobre acessibilidade. Assim, a coordenação do curso de especialização pôde apoiar com sua experiência, bem como a equipe de tecnologias educacionais apoiou com novos recursos. Deste modo, junto à aluna foram pensadas estratégias para a acessibilização de material didático. Chegando ao melhor formato, que utiliza a tecnologia OCR prevista no contrato dos *scanners* da Fiocruz, montou-se um manual, que descrevia o passo a passo de como se fazer a conversão, bem como as configurações adequadas.

Além disso, foram elaborados *templates* de apresentação, também validados junto à aluna, que traziam contrastes, tamanho e tipo de fonte adequados e contavam com orientações sobre práticas para auxiliar o docente em sua aula, como a descrição das imagens, gráficos e tabelas. Também foram realizadas rodas de conversa com a coordenação do programa e com os docentes das disciplinas, de forma a explicar o que é, como funciona, quais os recursos e ações que podem auxiliar nas ações educativas para pessoas com baixa visão.

Apesar de esta última ocorrência estar relacionada ao curso de mestrado, ela retroalimentou o conhecimento e recursos disponíveis também no curso de especialização.

A turma de 2021 contou com 4 pessoas com deficiência, sendo 2 pessoas com deficiência física, 1 auditiva e 1 visual. Quanto às deficiências físicas, uma apresentava doença de Charcot, polineuropatia hereditária, o que acarreta dificuldades de locomoção. Esta havia

estudado na escola anteriormente, sendo egressa do programa de Residência Multiprofissional. Por seu histórico, conheciam-se quais aportes poderiam ser oferecidos, o que, no entanto, não foi necessário no formato remoto. O outro aluno apresentava hipotonia muscular e paraplegia. Do mesmo modo, não solicitou nenhum recurso nem adaptações para a participação no curso remotamente.

Quanto à aluna com deficiência auditiva, esta utilizava próteses e não necessitou de nenhum recurso específico, somente cuidados quanto à acessibilidade atitudinal, como: utilizar uma boa câmera e posicionar-se de frente, em ambiente iluminado, falar pausadamente e próximo ao microfone.

Em relação ao docente do curso que possui surdez profunda, nesse ano ele melhorou os seus serviços de internet e comprou um novo *notebook*, o que fez com que a equipe de tecnologias educacionais se reunisse com ele novamente, fazendo novas configurações e instalando, além do *Voice Note*, um outro recurso de transcrição de áudio para texto, o *Web Captioner*. Desta forma, o docente passou a ter duas ferramentas disponíveis para que pudesse escolher conforme o uso.

Em relação à aluna com deficiência visual (baixa visão), conforme os conhecimentos eram ampliados na escola, as alternativas técnico-pedagógicas também eram disponibilizadas para ela. No entanto, como se sabe, as necessidades são bem específicas para cada pessoa. No caso dela, preferiu não opinar sobre os *templates* de apresentação nem testar um novo formato, pois para ela o melhor recurso era o leitor de telas. Assim, o principal seria a disponibilização em formato adequado e anteriormente às aulas. Outra questão é que a aluna relatou que a página institucional do AVA apresentava um contraste inadequado. Trata-se de uma página intermediária que o aluno utiliza para acessar o curso. Ela apresentava um contraste inadequado, pois era composta de uma textura, alguns retângulos mesclados que ficavam ao fundo. Este tema foi alterado e atualizado, de modo que ficou com o fundo liso, trazendo uma melhor experiência aos usuários do ambiente.

Considerações finais

Ao longo dos anos 2020 e 2021, com a forte questão sanitária da pandemia de covid-19, a instituição precisou adaptar seu formato de ensino sem abrir mão de seus princípios educacionais, em especial, da qualidade do ensino e de uma formação para a emancipação. Foi um momento de ampla aprendizagem organizacional, na qual foram experimentados diversos recursos tecnológicos e novas formas de interação. Este desafio foi ainda maior para as pessoas com deficiência, que exigiam acessibilidade.

A escola já debatia questões de acessibilidade, tendo constituído um grupo de trabalho, que desde 2016 estudava o tema, com foco em materiais didáticos e em ambientes virtuais de aprendizagem. Além disso, o Comitê Fiocruz pela acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência também impulsionava a discussão em âmbito institucional, especialmente por meio da Política da Fiocruz para acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência lançada em 2019.

No entanto, em razão da urgência com que se deu a reorganização das atividades de ensino que ocorriam na modalidade presencial para o formato remoto emergencial, várias soluções precisaram ser buscadas conforme surgiam as necessidades. Um ponto importante é que as soluções foram pensadas com as pessoas com deficiência, fossem elas docentes ou discentes, seguindo o lema internacional “Nada sobre nós sem nós” (CHARLTON, 2000), que é pauta do movimento de luta das pessoas com deficiência. Neste sentido é importante destacar que a melhor pessoa para informar quais são as necessidades é a própria pessoa com deficiência, pois ninguém conhece as barreiras a serem enfrentadas melhor do que ela. Muitas vezes a própria pessoa com deficiência aponta qual a melhor alternativa para ela; em outras situações, por a pessoa desconhecer ou não ter acesso a alguns recursos tecnológicos, os profissionais conseguem apresentar recursos e estratégias que enriquecem o processo educativo. Por isso, a importância de se estabelecer uma forma colaborativa e dialógica de se pensar a acessibilidade.

Outra questão relevante é que atualmente existem muito recursos tecnológicos disponíveis, que podem ser apropriados ao processo de aprendizagem, tendo como guia os objetivos pedagógicos. No entanto, mais importante do que a apropriação tecnológica é a acessibilidade atitudinal, que consiste no comportamento junto às pessoas com deficiência sem

estigmas, preconceitos e discriminação (SASSAKI, 2009). A ENSP tem avançado nas mudanças atitudinais de docentes, discentes e também de outros trabalhadores, tanto mais à medida que a convivência vem se tornando mais frequente.

A acessibilidade atitudinal tem sido motivada por meio de rodas de conversa em diversas instâncias que abordam a temática. Mas, apesar dos esforços realizados, tanto para o ensino remoto como para a inclusão de pessoas com deficiência, uma pequena parcela de docentes da ENSP continua com dificuldades para acessibilizar o material, mantendo referências sem acessibilidade e apresentações gráficas de difícil visibilidade. Por conseguinte, depreende-se que é necessário ainda um grande incentivo a ações de capacitação e de sensibilização quanto à temática para possibilitar a inclusão dos alunos. É preciso construir o conhecimento de que há diferentes formas de ser e de encarar a vida e o mundo, e dialogar acerca das desigualdades existentes, ressaltando que isso não se refere a “níveis de capacidade”, mas sim a políticas segregadoras e discriminatórias.

Também houve na escola a criação de mais dois grupos de trabalho (GT) com temas afins: O GT Inclusão no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva e o GT Equidade e Diversidade, que está iniciando seu trabalho com o compromisso da direção da escola, o que tem possibilitado a ampliação da aprendizagem institucional.

É relevante atentar para o fato de que, bem como a política de ações afirmativas da instituição, o curso de especialização também tem se apresentado como “porta de entrada” para alunos com deficiência, tendo sido responsável pela presença de cerca de 65% dos alunos com deficiência na instituição em 2021. E também pode impulsionar a continuidade dos estudos de seus egressos, como relatado pela aluna com baixa visão (turma de 2020) ao passar para o mestrado. Ela afirmou que havia desistido de ter uma vida acadêmica em função das diversas barreiras que conhecia bem de perto. No entanto, pelo acolhimento e forma como se deu o curso de especialização, ela sentiu-se motivada a seguir para o *stricto sensu*.

Relatos como este fortalecem a importância do curso para o efetivo exercício do direito à educação pelas pessoas com deficiência, bem como as avaliações trazem aportes para a melhoria do mesmo a cada ano. No momento, a próxima turma a ser iniciada em 2022 está em

planejamento e deverá ocorrer uma vez mais no formato remoto, considerando as incertezas trazidas pelo contexto sanitário e a *expertise* que vem sendo desenvolvida pela ENSP, além do fato de ter proporcionado uma rede nacional de pessoas com deficiência ou que convivem com pessoas com deficiência, visto que gerou a aproximação e formas de interação entre os estudantes que se encontram em diferentes regiões por meio das tecnologias adotadas.

A experiência relatada foi impulsionada pelo contexto da pandemia, que exigiu a adoção de novas tecnologias e estratégias pedagógicas para possibilitar a continuidade dos cursos. No entanto, a aprendizagem gerada permite a aplicação dessas tecnologias e soluções em outros contextos, bem como em diversos níveis e modalidades de ensino, o que pode tornar as atividades educacionais mais inclusivas para estudantes com e sem deficiência.

Referências

ADORNO, T. W. *Educação e emancipação*. Tradução: Wolfgang Leo Maar. 2. ed. rev. São Paulo: Paz e Terra, 2020. 208 p.

AGRA, M.; COSTA, V. A. Políticas de educação inclusiva e práxis pedagógica na escola pública: experiências no Brasil. *Revista Lusófona de Estudos Culturais/Lusophone Journal of Cultural Studies*, v.8, n.2, p.21-39, 2021. DOI: <https://doi.org/10.21814/rlec.3484>.

BRASIL. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 11 fev. 2021.

CHARLTON, J. I. *Nothing about us without us: disability oppression and empowerment*. Oakland: University of California Press, 2000.

ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SERGIO AROUCA. *Missão, visão e valores*. Rio de Janeiro: ENSP/Fiocruz, [201-]. Disponível em: <http://ensp.fiocruz.br/apresentacao/missao-visao-e-valores>. Acesso em: 18 fev. 2022.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Portaria da Presidência nº 491-PR, de 20 de setembro de 2021. *Regulamenta as ações afirmativas na Fiocruz relativas aos cursos de pós-graduação Stricto sensu, Especialização-Lato sensu e Residências em saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021. Disponível em: <https://>

campusvirtual.fiocruz.br/portal/sites/default/files/SEI_FIOCRUZ_Portaria_presidencia_491_2021_21set21.pdf. Acesso em: 11 fev. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Sinopse Estatística da Educação Superior 2019*. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 08 mar. 2021.

SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. *Revista Nacional de Reabilitação (Reação)*, São Paulo, Ano XII, p.10-16, mar./abr. 2009.

Recebido em março 2022.

Aprovado em outubro 2022.